

Estratégias sociorretóricas na construção de textos argumentativos

*São os conteúdos que engajam a mente de um leitor,
dando as informações desejadas, aguçando o pensamen-
to, evocando uma perspectiva compartilhada sobre o
mundo ou fomentando indignação e ação.*

Charles Bazerman

Leonardo Tavares¹
Mariano Magri²

Segundo o INAF³, em seu último relatório elaborado com dados de pesquisa de campo em 2016⁴, somente 8% da população brasileira possui proficiência em leitura e escrita. Do lado da leitura, esse dado demonstra que é muito baixa a população capaz de interagir com um texto, seja na compreensão de seu conteúdo ou na necessidade de tomar alguma ação proposta, como instruções para tomar um medicamento, montar um equipamento, preencher algum cadastro. Do lado da escrita, objeto de preocupação deste capítulo, esse dado demonstra que a maioria das pessoas não é capaz de criar um texto inteligível, especialmente se o conteúdo for mais complexo, como é o caso dos textos argumentativos.

Para argumentar, o autor precisa ter ciência de quais elementos linguísticos estão disponíveis para construção de um raciocínio: a coesão, a coerência, a

1 Mestrando em Língua Portuguesa pela PUC-SP; Membro do Grupo ERA; Bolsista CAPES.

2 Mestrando em Língua Portuguesa pela PUC-SP; Membro do Grupo ERA; Bolsista CAPES.

3 O Indicador de Alfabetismo Funcional (INAF) é uma pesquisa idealizada em parceria entre o Instituto Paulo Montenegro e a ONG Ação Educativa e realizada com o apoio do IBOPE Inteligência com o objetivo de mensurar o nível de alfabetismo da população brasileira entre 15 e 64 anos e avaliar suas habilidades e práticas de leitura, de escrita e de matemática aplicadas ao cotidiano.

4 Disponível em <https://drive.google.com/file/d/0B5WoZxXFQTCRRWFyMxOTNyb1k/view>

referenciação, a pontuação e os conectivos são alguns exemplos. Ter ciência do que a língua nos coloca à disposição para argumentar é de suma importância. Contudo, a preocupação voltada somente aos elementos linguísticos deixa um vácuo na consciência do autor, se desprezar os elementos que fogem ao sistema da língua, como o contexto, os costumes, as crenças, as figuras de linguagem, muito utilizadas no cotidiano, entre outros.

Portanto, preocupamo-nos neste capítulo com dois focos: a) os elementos extralinguísticos, essenciais para a formação do escritor; e b) as estratégias para a relação entre professor e aluno no momento da produção do texto argumentativo.

Para atingir esses objetivos, entender o que está às voltas com o ato de argumentar é essencial. Iniciamos, então, com uma afirmativa muito difundida entre os falantes de língua portuguesa: “Contra fatos não há argumentos!”. Não nos preocupa de onde surgiu essa expressão, mas sim que ela recebeu a significação de que os fatos falam por si, ou seja, não adianta argumentar. Para alguns, essa expressão assumiu *status* de verdade, mas a primeira premissa adotada por nós nessa linha de raciocínio é a negação desse provérbio. Para explicar o porquê, partiremos do trabalho de Ferreira (2015), que nos apresenta o conceito “universo da *doxa*”. Esse, apesar de não poder ser explicado por uma tradução literal, pode, todavia, ser entendido pela interpretação da questão apresentada abaixo.

Se você fosse uma velha senhora e descobrisse que, por um terrível engano, jogara cinquenta mil dólares no lixo, processaria um vizinho desempregado que, repentinamente e na mesma época da perda, enriquecera com um dinheiro achado também no lixo? (FERREIRA, 2015, p.11).

Na questão formulada pelo autor, não é difícil acreditar que a velha senhora e o desempregado entenderiam a questão de formas distintas. Se um processo fosse instaurado para apurar o caso, os advogados das partes se enfrentariam discursivamente para provar que seus clientes são os verdadeiros donos do dinheiro. Em argumentação, o orador/escritor, num primeiro momento, adota determinado ponto de vista para sustentar seus argumentos, vale-se de raciocínios e exemplos para fazê-lo, então, a princípio, não há certo ou errado, verdades ou mentiras, mas fatos que são observados de formas diferentes e que são passíveis de questionamentos e/ou críticas. Nas palavras do autor, por “termos crenças, valores e opiniões, valemo-nos da palavra como um instrumento revelador de nossas

impressões sobre o mundo, de nossos sentimentos, convicções, dúvidas, paixões e aspirações” (FERREIRA, 2015, p. 12). Em consonância com Ferreira (2015) temos Mosca (1997), que complementa o autor com a ideia de que “é no mundo da opinião, da *doxa*, que são tecidas as relações sociais, políticas e econômicas, uma vez que é a esta que se tem acesso e não ao que se chamaria ‘mundo da verdade’” (MOSCA, 1997, p. 21).

Esses autores nos ensinam que a realidade não é autoexplicativa, mas sim composta de “verdades”, tantos quantos forem os pontos de vista que as pessoas conseguirem lançar sobre ela. A única forma de expressarmos a “verdade” sobre um determinado fato é por meio da linguagem que, por sua vez, apreendida pelo falante, é recheada de ideologias, crenças, mitos, que, invariavelmente, servirão de lentes para observar os fatos. Logo, é impossível que uma pessoa transcreva um fato da realidade sem que pelo seu discurso não perpassem todos os seus valores, todas as suas formas de entender e enxergar o mundo. Qual seria a importância da argumentação, se todos os argumentos não passam de um ponto de vista lançado sobre os fatos? Formulamos uma possível resposta a essa pergunta: na atualidade, segundo o IBGE⁵, o Brasil conta com aproximadamente 208 milhões de habitantes, que disputam o mesmo espaço geográfico, as mesmas verbas públicas, transitam pelas mesmas vias, usam os mesmos transportes, correm pelas mesmas vagas em escolas, assim por diante. Antes de qualquer coisa, somos capazes de imaginar que espaços sociais de compartilhamento geram, em virtude da convivência, muitos desentendimentos de naturezas diversas e, nesses embates, faz-se necessário que as pessoas não prescindam da necessidade de estabelecer acordos. No entanto, uma vez que não vivemos em barbárie, podemos concluir que o ato de argumentar é fundamental.

O que é argumentar?

Num regime democrático, argumentar é fundamental para a convivência pacífica. Mas o que é, efetivamente, argumentar? O que está em jogo quando defendemos um ponto de vista?

Para responder a essas questões, recorreremos à retórica, pois o objetivo

5 Disponível <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/pesquisa/53/49645?tipo=grafico>. Consultado em julho/2018.

da argumentação é persuadir, é levar o outro a concordar com as teses que lhe são apresentadas. Segundo Aristóteles (2013 [384-322 a.C.]), a retórica pode ser definida como a faculdade de observar, em cada caso, o que pode criar a persuasão e, por isso, não está presa a nenhum gênero particular. Enquanto a medicina se ocupa com o que é saudável ao paciente, a geometria com as propriedades da grandeza, a aritmética com os números, a retórica tem o poder de estar diante de qualquer questão apresentada. Por essas definições, portanto, a retórica oferece alguns conceitos fundamentais para entendermos o que é argumentar.

Segundo o próprio Aristóteles (2013), há três tipos de meios de persuasão supridos pela palavra, conhecidas como provas retóricas: **quem fala, quem ouve** e a **mensagem falada**, que são difundidas, respectivamente, como *ethos*, *pathos* e *logos*. Sobre a primeira prova, devemos ter em mente que, ao falar (ou escrever), o orador transmite um caráter que lhe é pessoal e incute em sua fala algo que pode ou não dar confiança a quem o escuta (ou lê). A segunda prova está ancorada no que o autor chama de “espíritos do auditório”, que se referem às emoções de quem ouve, a pré-disposição que as pessoas têm de serem tocadas emocionalmente. A terceira prova é o discurso em si, a fala, a escrita, a mensagem transmitida em sua disposição de argumentos com o objetivo de levar o auditório a concordar, ou seja, persuadi-los. Ainda que a argumentação esteja materializada no discurso, a retórica canoniza essas três provas como indissociáveis. Para ser eficaz, portanto, o argumento (*logos*) tem de ser proferido por quem transmite confiança (*ethos*) e consegue levar o auditório⁶ (*pathos*) a aderir às teses que lhe são apresentadas.

Vale ressaltar que as provas retóricas não são meras nomenclaturas que Aristóteles (2013) deu às partes envolvidas no discurso. O leitor pode pensar: “parece óbvio que o ato de argumentar envolva alguém que fale, uma ou mais pessoas que escutem e um ou mais argumentos construídos”. Contudo, conforme demonstra Perelman & Olbrechts-Tyteca (1996), durante muitos anos, a corrente positivista conseguiu tornar dominante a ideia de que a ciência, por meio de evidências, como características da razão, seria a única forma de reconhecer algo como verdadeiro. Nas palavras do autor, toda “prova seria redução à evidência e o que é evidente não teria necessidade alguma de prova” (PERELMAN & OLBRECHTS-TYTECA,

6 Auditório, em retórica, está relacionado à pessoa ou ao grupo de pessoas às quais o discurso é destinado.

1996, p. 4). Por esse conceito, só poderíamos pensar a argumentação sob o ponto de vista da razão, de algo que se pudesse demonstrar em fatos ou em números e o conceito de argumentar se igualaria a evidenciar, somente. Os autores ressaltam, ainda:

O que caracteriza a adesão dos espíritos é sua intensidade de ser variável: nada nos obriga a limitar nosso estudo a um grau particular de adesão, caracterizado pela evidência, nada nos permite considerar *a priori* que os graus de adesão a uma tese à sua probabilidade são proporcionais, nem identificar evidência de verdade. (PERELMAN & OLBRECHTS-TYTECA, 1996, p. 4).

Portanto, distintamente, há raciocínios relativos à verdade e os que são relativos à adesão. Nesse viés, o orador (*ethos*) formula seu discurso (*logos*) para provocar e aumentar a adesão do auditório (*pathos*). Nas palavras de Aristóteles (2013, p. 46), “a persuasão é obtida através do próprio discurso quando demonstramos a verdade, **ou o que parece ser verdade**, graças à argumentação persuasiva apropriada ao caso em pauta” (grifo nosso).

Argumentar, por consequência, não tem relação com provar a verdade, mas sim com achar a melhor maneira de fazer com que o auditório adira às teses apresentadas, que podem ser possíveis de acontecer ou ter acontecido; ser verossímeis, não necessariamente verdadeiras. Não se trata de fomento à mentira. O que buscamos quando argumentamos é que nosso auditório concorde com nossos argumentos, sejam eles, a título de exemplo, hipóteses ou probabilidades, não verdades.

Somado a isso, não argumentamos sem que saibamos o contexto com o qual estamos envolvidos. Saber quem é o nosso auditório, quais são os principais valores morais e éticos que pactuam, é fundamental para a argumentação obter êxito. Por isso, nas palavras de Bazerman (2013, p. 14), “um problema fundamental da escrita é ser capaz de entender a recriar a circunstância social e a interação social de que faz parte a comunicação”.

A escrita contextualizada

Durante vários anos – e ainda é possível encontrar na matriz curricular de muitas escolas –, o ensino da língua portuguesa ficou centrado na descrição da língua, ou seja, na sua gramática. Embora não se descarte a importância da gramática, é possível constatar, como afirma Pauliukonis (2013), que:

[...] é lugar-comum a insatisfação generalizada dos professores diante do fracasso dos alunos, em qualquer grau de ensino, quando solicitados a redigir e a interpretar texto, principalmente os literários e os argumentativos. Os resultados avaliativos em níveis nacionais nunca são animadores: queixam-se os professores de que alunos interpretam e redigem mal, embora passem grande parte do ensino fundamental aprendendo classes de palavras, memorizando listas de coletivos, fazendo análise sintática e repetindo modelos de conjugação de verbos, decorando regras para acentuação gráfica, de concordância, regência, colocação etc., temas recorrentes nas aulas de língua, em qualquer nível de ensino. (PAULIUKONIS, 2013, p. 240).

Traçar um sinal de igual entre uma língua e a sua gramática faz com que o ensino da escrita e da leitura se atenha às relações internas do texto: os termos de uma oração e as conexões existentes entre eles. O que defendemos até então foi que argumentamos para conseguir a adesão do auditório e é pouco provável que tenhamos eficácia se nos preocuparmos somente com os elementos linguísticos presentes na materialização do texto.

Acerca dos elementos extralinguísticos, tomamos como base o trabalho de Bazerman (2013). Segundo esse autor, podemos superar os problemas com a escrita se entendermos como superar a dificuldade que os falantes têm de recriar as circunstâncias da comunicação e uma das formas de se fazer isso é tornar evidente o que fazemos de forma automática, como na comunicação face a face. Ressalta ainda que, na interação face a face, o diálogo acontece no mesmo tempo, no mesmo lugar e o espaço comunicativo é compartilhado, ou seja, há troca de turnos⁷. A todo instante, todos os referentes são compartilhados. Se o falante A diz ao falante B sobre pessoa não presente, por exemplo, essa terceira pessoa precisa ser conhecida de ambos ou, no caso de o falante B não conhecê-la, o falante A fará uma introdução antes de fazer qualquer menção sobre ela, sob a pena de o falante B não entender de quem se fala. “O alinhamento é tão crucial para a manutenção da conversação que as pessoas restauram regular e consistentemente a conversão quando sentem que houve alguma violação que vai interromper o fluxo” (BAZERMAN, 2013, p. 16).

Na escrita, por sua vez, não dispomos das mesmas características. O

7 Para uma conversa não ficar incompreensível, os falantes alternam suas falas – quando um fala o outro escuta – sob pena da conversa ser incompreensível. A essa alternância, dá-se o nome de turno.

momento da escrita não é o mesmo da leitura e o espaço comunicativo não é compartilhado. A escrita que é incapaz de recriar o contexto comunicativo gera muito desentendimento. Na atualidade, com as facilidades de troca de mensagens, quantas vezes nos questionamos se é melhor ligar ao invés de mandar e-mail. Geralmente, isso acontece quando a quantidade de referentes é muito grande, exigindo tantas explicações que é preferível usar a oralidade e partilhar o espaço comunicativo, assim, qualquer dúvida do interlocutor é sanada na troca de turno.

Todavia, sair da escrita para a oralidade nem sempre é possível. Redações do Enem(Exame Nacional do Ensino Médio) e dos vestibulares, por exemplo, são duas situações típicas nas quais o aluno terá de argumentar sem ter a chance de se explicar caso o corretor não o entenda. Por isso, especificar ao aluno para que ele tenha ciência, no ato da escrita, o que está em jogo quando escrevemos a distância (oposto a face a face), parece-nos uma estratégia que auxilia sobremaneira atingir a eficácia no ato de escrever. Nesse sentido, a retórica poderá nos ajudar.

O problema fundamental do desenvolvimento de uma retórica da escrita consiste em caracterizar a situacionalidade dos textos escritos, pois a escrita viaja muito facilmente pelo espaço e pelo tempo. A portabilidade da escrita significa que o texto escrito pode deixar para trás a posição física e o momento no tempo em que se produziu. Ela também escapa às circunstâncias sociais, relações e atividades imediatas e afeta locais e atividades diferentes à distância, ainda que essas novas posições não sejam visíveis nos ambientes físicos imediatos nos quais o texto se produz. Essas novas situações e interações têm de ser construídas imaginativamente pelo escritor e assinaladas bem apropriadamente no texto, para que o leitor as reconstrua. (BAZERMAN, 2013, p. 31).

Portanto, na escrita, que carrega a premissa de situar o autor e o leitor em contextos diferentes, o trabalho de reconstrução de contexto na materialização do texto é o que contribuirá para o leitor entender os argumentos utilizados.

Em síntese, o nosso raciocínio apresenta os seguintes propósitos: a) para argumentar, não devemos nos preocupar em criar “a verdade”, pois não temos acesso ao “mundo das verdades”, e sim ao mundo das opiniões, das crenças, das ideologias e, com isso, devemos construir argumentos que sejam plausíveis, verossímeis e que não ofendem os valores de nosso auditório; b) o auditório não estar suscetível a argumentos baseados na razão, somente; c) há diferenças entre raciocínios relativos à verdade e raciocínios relativos à adesão e nossa preocupação deve recair sobre a adesão.

Para construção de argumentos sob a ótica da retórica, temos de ter as três premissas acima em mente e conhecer o que Aristóteles (2013) chamou de partes componentes do sistema retórico⁸: *inventio*, *dispositio*, *elocutio*, *actio* e *memória*. Dessas, a que mais acreditamos contribuir para a construção do argumento é a *dispositio*. Segundo Tringali (2008), a *dispositio* tem as seguintes premissas: a) a construção do discurso precisa de um modelo geral, em que todos os outros serão colocados; b) colocar cada discurso dentro do melhor lugar possível; e c) os argumentos devem harmonizar-se entre si, ou seja, ter lógica, ser verossímil. O critério para a harmonização está associado ao objetivo do autor. Para sair desse modelo abstrato, a *dispositio* também conta com algumas divisões internas, quais sejam, exórdio, narração, proposição, partição, argumentação e peroração. É, portanto, em cada parte da *dispositio* que explicaremos como criar o discurso argumentativo. Assim, faremos uma proposta de texto argumentativo e usaremos as partes da *dispositio* para mostrar qual preocupação devemos ter em cada uma das partes e como conseguiremos recriar o contexto, para trazer o leitor ao mesmo espaço e tempo, e mostrar como construímos argumentos verossímeis para conquistar a adesão do auditório.

Estratégias para construção de textos argumentativos

Em geral, os vestibulares e o Enem colocam situações-problema ao candidato, como forma de verificar a capacidade de articulação das ideias e se elas não se perdem em meio ao calor das paixões do candidato. Para simular uma situação desse tipo, elegemos uma proposta de redação com tema atual e polêmico, extraído – e adaptado – do site *guiadoestudante*⁹:

Nas últimas semanas, a Faculdade de Medicina da Universidade de São Paulo (FMUSP) ganhou destaque nas manchetes dos jornais. As notícias não tratam da excelência do ensino de uma das maiores

8 Vários são os trabalhos que detalham cada parte da retórica. Indicamos dois: Mosca (1997) e Tringali (2008).

9 O original pode ser consultado em <https://guiadoestudante.abril.com.br/blog/redacao-para-o-enem-e-vestibular/proposta-de-redacao-violencia-de-genero-nas-universidades-brasileiras/>. Consultado em julho/2018.

faculdades da América Latina, mas de uma lista de denúncias de atos violentos que vão muito além das práticas tradicionais de trote – já por si só condenáveis – que as universidades não conseguem banir. Essa lista inclui dez casos de estupro e relatos de tortura, homofobia e racismo. As denúncias causam tanto mais perplexidade por envolverem jovens de educação esmerada, que lhes permitiu ter sucesso num dos vestibulares mais disputados do país. A pergunta é por que esses crimes ocorrem num ambiente acadêmico que deveria ser seguro? A maioria dos casos de estupro aconteceu durante festas universitárias, em que o consumo de bebida foi apresentado como justificativa para os crimes. As meninas alegam que foram desencorajadas pela universidade a denunciar os agressores.

Temos, portanto, uma situação-problema, repleta de questões entrelaçadas:

- Quem elaborou a questão já emitiu juízo de valor, pois condenou o trote nas universidades, além de se dizer perplexo pelo fato de os crimes serem praticados por jovens com educação esmerada, ou seja, de famílias de condição social privilegiada e, por consequência, afirmar o seu oposto: os crimes cometidos por jovens de classes sociais mais baixas deixariam a situação menos perplexa. Criou-se uma relação denexo causal entre crime e pobreza.
- Há a afirmação de que o ambiente escolar, especificamente na FMUSP, deveria ser seguro.
- A questão polemiza as festas universitárias e o consumo de álcool como justificativa para os crimes.
- Há uma acusação em relação à postura institucional, pois afirma que as vítimas foram desencorajadas a denunciar.

Como podemos observar, esse caso evidencia o que afirmamos no início do capítulo: a linguagem é permeada de ideologias, crenças, mitos, os quais, invariavelmente, servirão de lentes para observação dos fatos. Ainda que o autor que elaborou a proposta de redação quisesse trazer à baila uma situação para oferecer condições de melhorá-la, não conseguiu fazer sem que suas lentes deixassem suas marcas. Porém, essas marcas são importantes para dar pistas sobre os valores do nosso auditório. Sabemos que, no caso em tela, o auditório não gosta de trote na universidade – uma vez que os idealizadores da proposta tonam-se o auditório do aluno – associa pobreza a crime, entende que a universidade deve ser um local seguro, que as festas universitárias oferecem riscos e que há uma tentativa de abafar os

crimes de homofobia, racismo e estupro nas universidades.

Na situação ilustrada, temos um contexto, um orador que deixou transparecer alguns de seus valores e uma questão elaborada: por que esses crimes ocorrem num ambiente acadêmico que deveria ser seguro? Vamos iniciar as estratégias para a construção dos argumentos pelo exórdio. Segundo Tringali (2008), o exórdio é a parte introdutória, o momento em que autor e leitor estabelecem a relação e é de suma importância que o autor se mostre com clareza, simplicidade, dê um mote para contextualizar os seus argumentos e conquistar a condescendência do auditório, para não haver resistência nas primeiras palavras do texto. Vale à máxima: “a primeira impressão é a que fica”. Exemplo de exórdio para a questão da redação proposta:

Os crimes de tortura, homofobia e racismo não são recentes na sociedade brasileira, mas pouco se debatia sobre a questão. Recentemente, com a introdução de políticas públicas de inclusão das minorias, o assunto vem deixando de ser tabu, embora os debates pareçam não ser suficientes, pois sequer conseguiram conter a incidência desses crimes em instituição universitária de renome. Se a FMUSP tentou barrar as denúncias, há indícios de que saiba da existência dessas práticas e o quanto elas são recriminadas. A tentativa de esconder esses crimes dá mais importância ao status institucional do que a necessidade de proteção das pessoas que frequentam seu *campus*?

O exemplo supracitado introduz as seguintes preocupações: a) entra no assunto polêmico com ideias que não ferem os valores do auditório; b) concorda que os crimes de tortura, homofobia e racismo devam ser combatidos, por presunção de que ninguém, publicamente, declararia o oposto; c) não faz nenhuma afirmativa enfática e usa modalizadores, como “há indícios”; d) faz uma introdução toda contextualizada no tempo (atualidade) e no espaço (campus da FMUSP), que faz com que qualquer leitor entenda o que foi dito, independentemente da leitura da proposta da redação; e e) oferece um mote, ou seja, a questão que será argumentada: a tentativa de esconder esses crimes dá mais importância ao status institucional do que a necessidade de proteção das pessoas que frequentam seu *campus*?

Na sequência, vamos para a narração. Ensina-nos Tringali (2008, p. 164-165) que a narração é o momento em que se introduz o pano de fundo da discussão. “Na narrativa contam-se os fatos que definem o estado da

questão: se foi, o que é, quais as circunstâncias. Ela não serve como prova, documenta” (TRINGALI, 2008, p. 164-165). Deve-se tomar cuidado para não confundir com exemplos. Não se trata de fornecer exemplos, mas de usar a narrativa em função dos interesses de quem argumenta. Intentamos responder positivamente à questão formulada, ou seja, mostramos que o status institucional é mais importante do que a proteção da pessoa. Por isso, faremos a narrativa de forma verossímil com vistas a chegar a essa conclusão. Exemplo de narrativa:

Trotes e festas fazem parte da vida universitária e não são eventos promovidos pela instituição, mas uma tradição herdada de uma turma pela outra, especialmente pelos momentos de alegria que farão parte da memória de seus integrantes, já que o curso de medicina na FMUSP tem um vestibular muito concorrido e, na maioria do tempo, os alunos estarão envolvidos com questões acadêmicas, pois o curso é bem exigente. Contudo, a falta de limite de alguns alunos ultrapassa a barreira do que se entende por descontração e adentra ao campo do crime. O excesso de álcool, de drogas e de qualquer outro entorpecente não serve como justificativa para a prática de atos ilícitos e a instituição deveria punir, com rigor, todos os que assim agissem.

O exemplo acima demonstra que as festas são tradição entre os membros do grupo, que sempre há os que excedem os limites e que não podem usar os entorpecentes como justificativa para a prática de crimes. Vejam que a “falta de limite” não é dada no caso em tela, mas um fato que colocamos como verossímil, ou seja, passível de acontecer. O pano de fundo, portanto, é: os alunos excedem e a instituição não pune.

Feita a narração, vamos à proposição. Para Tringali (2008), a proposição é o momento em que a questão da controvérsia é colocada; enuncia-se o aspecto que será debatido. Exemplo de proposição:

Embora a instituição não promova as festas, elas são realizadas dentro de seu campus, o que, indiretamente, a torna responsável pelos danos morais e físicos cometidos por seus integrantes.

ção não promova a festa. O fato de a festa acontecer dentro do campus da instituição a torna corresponsável pelo evento.

A proposição é, quase sempre, feita em conjunto com a partição, que enumera os pontos principais da proposição. (TRINGALI, 2008). Exemplo:

A omissão em relação às consequências de ato criminoso dentro do *campus* é pressão dos autores dos crimes para evitar punição ou da instituição para evitar escândalos, ambos lançados sobre a vítima?

É possível verificar que elencamos duas proposições como forma de enumerar os pontos que iremos argumentar.

Com isso, passamos para a próxima parte da *dispositio* que é a *argumentação*. Na argumentação, como mostra Tringali (2008,), o autor vai confirmar os itens elencados na proposição/partição ou refutá-los, se a ideia for negá-los. No nosso exemplo, a ideia é confirmar, pois entendemos que há responsabilidade da instituição. Segue o exemplo da confirmação:

À instituição cabe o papel de averiguar e instaurar os procedimentos adequados, dentro da lei, para punir os responsáveis e legitimar a necessidade de respeito às regras, independentemente da responsabilidade da organização do evento.

É possível verificar que a argumentação somente reforçou as proposições colocadas. Para fechar, contamos com a *peroração*. Tringali (2008) diz que a *peroração* é o fechamento, é o momento em que o leitor (auditório) precisa saber que o discurso está no seu término. É o momento de amplificar o que o autor entende como expressivo, momento de apelar às paixões. Exemplo:

Não é admissível que uma instituição coloque sua reputação acima da dignidade da pessoa humana. Uma instituição que reconhece atos ilegais cometidos em suas dependências e pune os responsáveis com rigor, demonstra idoneidade, passa a mensagem que não aprova conduta criminosa e que, embora não consiga coibir na totalidade, não será conivente com nenhum ato reprovável e agirá com rigor para punir os responsáveis.

humana”, “demonstra idoneidade”, “agirá com rigor”. Amplifica expressões que vão ao encontro dos nossos objetivos e, ao mesmo tempo, fecha o texto.

Considerações finais

A nossa proposta não teve o objetivo de refutar as estratégias pedagógicas realizadas até então. Sabemos que os elementos linguísticos presentes na superfície de um texto são essenciais para concatenar ideias e organizar um discurso e não podemos prescindir deles, contudo, para a construção de um texto argumentativo, temos elementos extralinguísticos que são essenciais para o convencimento e a sociorretórica oferece alguns instrumentos muito bons para isso. Em primeiro lugar, permite que o autor entenda a relação do leitor com a realidade que o cerca; o hiato que existe entre o tempo que se escreve e que se lê. Em segundo lugar, pelas técnicas da retórica, permite conduzir o ensino por meio de uma construção, ao invés de ficar somente na correção gramatical do texto. Fazer a devolutiva sobre os erros que os textos apresentam é importante aos alunos, mas participar ativamente na construção de cada parte do texto nos parece uma experiência muito mais enriquecedora.

Para finalizar, se o leitor agregar, na ordem, todos os exemplos demonstrados na construção do texto argumentativo, terá uma redação típica de vestibular. Nossa proposta foi sugerir que seguir as partes da *dispositio* é uma das formas de construir um texto argumentativo com começo, meio e fim, do ponto de vista linguístico, além de levar em consideração que do outro lado há um leitor (auditório) capaz de se deixar levar pelos apelos utilizados na construção dos argumentos.

Referências

ARISTÓTELES (384-322 a.C.). **A retórica**. Trad. Edson Bini. São Paulo: Edipro, 2013.

BAZERMAN, C. **Retórica da ação letrada**. São Paulo: Parábola. 2013.

BRASIL. IBGE. **Projeção da população**.

Disponível em <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/pesquisa/53/49645?tipo=-grafico>. Acesso em: jul. 2018.

FERREIRA, L. A. **Leitura e persuasão: princípios de análise retórica**. São Paulo: Contexto, 2015.

INSTITUTO MONTE NEGRO & AÇÃO EDUCATIVA. **Indicador de alfabetismo funcional – INAF: estudo especial sobre alfabetismo e mundo do trabalho**, 2016.

Disponível em: <<https://drive.google.com/file/d/0B5WoZxXFQTCRRW-FyakMxOTNyb1k/view>> Acesso em: jul. 2018.

MOSCA, L. (Org). **Retóricas de ontem e de hoje**. São Paulo: Humanitas, 1997.

PAULIUKONIS, M. A. **Texto e Contexto**. São Paulo: Contexto, 2013.

TRINGALI, D. **A retórica antiga e as outras retóricas: a retórica como crítica literária**. São Paulo: Musa, 2008.

